

**“ELEMENTO SUSPEITO”. ABORDAGEM POLICIAL E DISCRIMINAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

SILVIA RAMOS\* E LEONARDA MUSUMECI\*\*

A viatura foi chegando devagar/ e de repente, de repente, resolveu me parar./

Um dos caras saiu de lá de dentro/ já dizendo: aí, compadre, você perdeu!

(...)

Era só mais uma dura/ Resquício da ditadura.

(Marcelo Yuca, Tribunal de rua)

A pesquisa *Abordagem Policial, Estereótipos Raciais e Percepções da Discriminação na Cidade do Rio de Janeiro*, realizada em 2003 pelo CESeC, com apoio da Fundação Ford, teve basicamente dois objetivos. Primeiro, conhecer as experiências da população carioca com a Polícia, sobretudo em contextos de abordagem ou *blitz*, procurando não só identificar variações na quantidade e qualidade dessas experiências em diferentes segmentos sociais, mas também compreender como elas afetavam percepções e opiniões sobre o trabalho policial. Segundo, conhecer os mecanismos e critérios de construção da suspeita por parte dos policiais militares, responsáveis pelo policiamento ostensivo, buscando verificar a possível influência de filtros sociais e raciais na definição dos “elementos suspeitos”, ou seja, das pessoas com maior probabilidade de ser paradas e revistas pela Polícia.

Consideramos as abordagens situações privilegiadas para o estudo desses temas por envolverem um contato imediato entre população e Polícia que: (a) não depende da escolha dos cidadãos (diferentemente, por exemplo, da decisão de registrar uma ocorrência ou de acionar a polícia para resolver um problema); (b) acontece fora do contexto da ocorrência criminal, sem informações concretas para fundamentar a suspeita, estando, portanto, mais abertas ao acionamento de estereótipos e preconceitos. Em tese, qualquer cidadão ou cidadã que circule pelas ruas, a pé ou em qualquer meio de transporte, pode ser parado(a) e revistado(a) em uma ação policial rotineira ou especial de prevenção da criminalidade. Na prática, porém, só alguns serão escolhidos e sabe-se que essa escolha não é aleatória, mas seletiva, que depende em larga medida de critérios prévios de suspeição, sejam eles aparência física, atitude, local, horário, circunstâncias, ou alguma combinação desses e de outros fatores. A população, por sua vez, tem idéias e expectativas acerca dos critérios acionados pelos policiais em tais situações – idéias e expectativas que podem ou não confirmar-se nos encontros diretamente vividos, podem modificar-se ou não a partir das



\* Coordenadora da Área de Minorias, Movimentos Sociais e Cidadania do CESeC.

\*\* Professora do Instituto de Economia da UFRJ e coordenadora da Área de Criminalidade e Violência do CESeC.

experiências concretas e podem ou não coincidir com o que os cidadãos pensam que a Polícia *deveria* fazer. O contexto de abordagem fornece, assim, não apenas uma base objetiva para identificar os filtros atuantes no trabalho policial, como também um ângulo privilegiado para se observar o cruzamento entre esses filtros e as percepções da população, entre percepções e experiências, ou, em outras palavras, o jogo de expectativas, imagens e estereótipos que cerca os encontros cotidianos entre cidadãos e Polícia.

A pesquisa combinou métodos quantitativos e qualitativos. Inicialmente, foram feitas entrevistas com militantes do movimento negro e com jovens envolvidos em trabalhos culturais em comunidades, e foram realizados quatro grupos focais com jovens de distintos segmentos sociais e diferentes regiões da cidade.<sup>1</sup> Além de um material qualitativo extremamente rico, essa primeira aproximação ao tema forneceu importantes subsídios para a montagem do questionário que seria aplicado no levantamento quantitativo. A segunda etapa consistiu então numa pesquisa de campo domiciliar, executada pela Science – Sociedade Científica da Escola Nacional de Ciências Estatísticas –, em junho-julho de 2003. Nesse survey, aplicou-se um questionário com 79 perguntas a uma amostra de 2.250 pessoas, estatisticamente representativa da população carioca na faixa etária entre 15 e 65 anos, visando conhecer suas experiências e percepções acerca das abordagens policiais na cidade, assim como suas visões gerais sobre Polícia, Justiça, segurança pública e discriminação racial e social.<sup>2</sup>

Realizaram-se ainda entrevistas abertas com policiais militares de diferentes batalhões do município – comandantes, oficiais e praças –, com o objetivo de compreender a dinâmica e a lógica das abordagens e *blitz*, e de captar opiniões de segmentos da própria PM a respeito dos temas focalizados pela pesquisa. Originalmente, estavam previstos também grupos focais de policiais e um levantamento amostral na PMERJ, mas essa etapa do projeto teve de ser abortada em função das inúmeras dificuldades impostas pela cúpula da segurança pública do Rio de Janeiro à realização de pesquisas no interior das instituições policiais. As entrevistas que foi possível efetuar, complementadas por estudos prévios de outros autores e pela análise de documentos técnicos relativos às *blitz*, acabaram sendo, portanto, a única fonte de dados (qualitativos) sobre os procedimentos de abordagem e os critérios de suspeição da Polícia.

Este boletim apresenta e discute algumas informações significativas levantadas pela pesquisa, concentrando-se essencialmente nas abordagens policiais. Os resultados completos, que incluem também outros tipos de experiências e percepções, constam do relatório final, a ser brevemente publicado em livro.<sup>3</sup>



**As Abordagens** Pouco mais de 1/3 (37,8%) dos cariocas entrevistados no levantamento quantitativo disse já ter sido alguma vez abordado ou parado na rua pela Polícia. Dessa parcela, cerca de 43% lembrava ter passado pela experiência ao menos três vezes na vida. Em quase 70% dos casos a última experiência ocorrera nos doze meses anteriores à pesquisa e em mais de 90% a pessoa fora parada por policiais militares. Para a maioria dos abordados, essa última experiência ocorrera enquanto trafegavam em veículo particular (56,4% em carro e 5,7% em moto); para 51%, ocorrera em operações popularmente conhecidas como *blitz* e tecnicamente denominadas pela PM de *A-Rep3*: ações “inopinadas” de revista de veículos com a finalidade de apreender armas e drogas, e de reprimir o roubo e o furto de automóveis. Abordagens a pé, na rua, representavam 19% das últimas experiências relatadas; em transporte coletivo (ônibus, trem, kombi ou van), cerca de 15% e em outras situações (táxi ou bicicleta), cerca de 4%. A Tabela 1 mostra mais detalhadamente essa distribuição.

Tabela 1

**DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS ABORDADAS PELA POLÍCIA,  
SEGUNDO TIPO DE ABORDAGEM NA ÚLTIMA EXPERIÊNCIA**

TIPO	%
CARRO PARTICULAR EM BLITZ	48,1
A PÉ NA RUA	19,5
ÔNIBUS OU TREM	11,2
CARRO PARTICULAR FORA DE BLITZ	8,3
VAN OU KOMBI	3,5
MOTO EM BLITZ	3,0
MOTO FORA DE BLITZ	2,7
TÁXI EM BLITZ	2,1
BICICLETA	1,3
TÁXI FORA DE BLITZ	0,2
OUTRAS	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

A prevalência de abordagens em veículo particular entre as últimas situações experimentadas reflete, provavelmente, a política de intensificação das *blitz* na cidade do Rio de Janeiro, adotada pela PM desde o trágico episódio do ônibus 174, em junho de 2000.<sup>4</sup> Começamos então levantando algumas questões sobre esse tipo específico de abordagem policial.

## Blitz para quê?

O importante para mim é que parem um veículo só, mas que seja um veículo que o policial tenha uma certa suspeição sobre ele (...), diria, uma fundada suspeita.

O mais importante não é o flagrante efetuado, o mais importante é a sensação de segurança que todas as operações estarão repassando ao público de maneira geral.

(Oficiais PM entrevistados pela pesquisa)

A pesquisa quantitativa indicou que a grande maioria da população carioca (71,6%), tendo ou não vivido diretamente a experiência, apoiava, em 2003, a continuidade das *blitz*, considerando-as úteis para prevenir a criminalidade, averiguar irregularidades nos veículos e apreender armas e drogas, ou então para transmitir segurança aos cidadãos com uma maior presença da Polícia nas ruas (Gráfico 1).

Gráfico 1



Embora varie bastante entre os diversos segmentos de entrevistados, sobretudo em diferentes faixas de idade, esse apoio majoritário indica à primeira vista um sucesso da política adotada pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Entretanto, a pesquisa qualitativa junto à PM constatou que não há qualquer mecanismo de avaliação capaz de comprovar a eficácia das A-Rep 3 naquilo a que oficialmente elas se destinam e que a maior parte da população supõe ser o seu objetivo principal: prevenir e reprimir o crime, detectar veículos em situação irregular. Tais operações obedecem a rigoroso planejamento, mas seus resultados concretos em termos de prisões, apreensões ou queda dos índices criminais são pífios, ou sequer são levados em conta – o que sugere que o efeito-visibilidade, e não a eficácia preventiva/repressiva, constitui o propósito central das *blitz*. Isto, aliás, foi admitido explicitamente por alguns oficiais da PM que entrevistamos e se confirmou na pesquisa amostral, em que só uma ínfima parcela das pessoas paradas nesse tipo de abordagem relatou ter havido, na última experiência, apreensão do veículo (1,8%), apreensão de documentos (1,4%) ou encaminhamento de ocorrências à delegacia (1,9%).

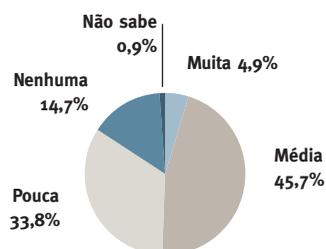
Cabe portanto indagar se os custos diretos e indiretos das A-Rep 3 (empenho de tempo, pessoal, viaturas; retenções de trânsito, riscos para os policiais etc.) se justificam pela simples finalidade de tornar mais visível a presença da Polícia nas ruas. Se os recursos aí empregados não poderiam ter destinação mais racional e mais eficaz. Ou, em caso contrário, se não se deveria investir mais seriamente na *qualidade* dessas abordagens, desses encontros entre a Polícia e os cidadãos não-criminosos – já que se admite serem eles a “clientela” preferencial das *blitz* no Rio de Janeiro.

A última indagação surge de resultados paradoxais do levantamento: embora a maior parte dos cariocas aprove a continuidade das *blitz*, quase metade avalia a PM fluminense como pouco ou nada eficiente e considera que ela tem *pouco ou nenhum* respeito pelos cidadãos. Além disso, 68% classificam-na como *muito* corrupta e 57% como *muito* violenta (**Gráfico 2**).<sup>5</sup>

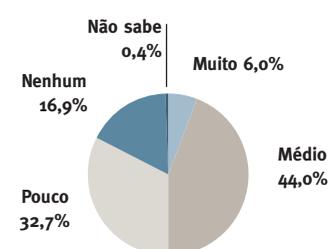
Gráfico 2

**AVALIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO  
QUANTO A EFICIÊNCIA, RESPEITO, VIOLÊNCIA E CORRUPÇÃO**

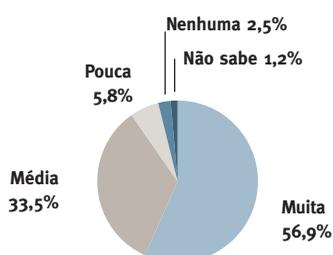
**Eficiência**



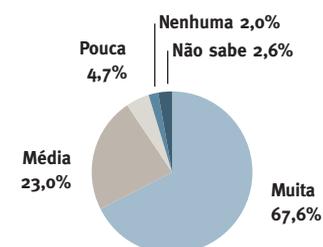
**Respeito aos cidadãos**



**Violência**



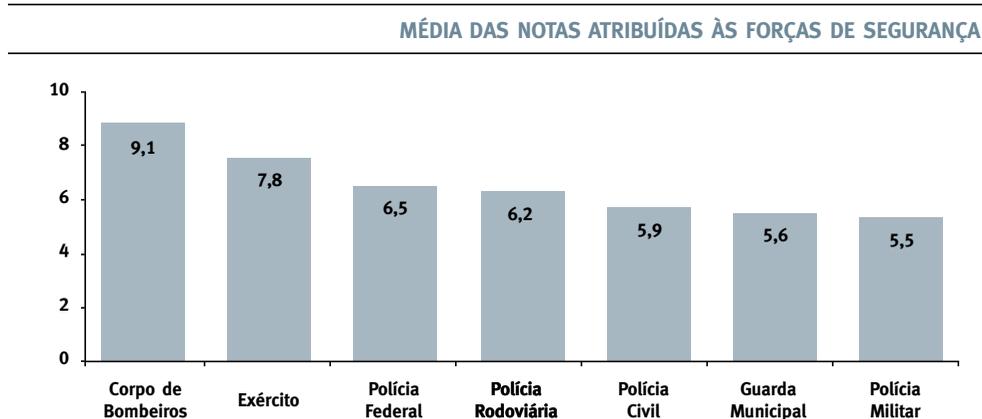
**Corrupção**



Tais opiniões não se referem necessariamente a experiências pessoais, nem especificamente às *blitz*, mas indicam que o apoio à maior presença de policiais nas ruas longe está de significar aprovação do trabalho desenvolvido pela PMERJ, altos níveis de confiança na Polícia ou ausência de juízos negativos sobre o comportamento dos seus agentes. Aliás, de uma lista de sete forças de

segurança, a PM foi a que recebeu a nota mais baixa: 5,5, na média – avaliação suficiente para “passar”, mas para “passar raspando” (Gráfico 3).<sup>6</sup>

Gráfico 3



Seria razoável, assim, que, em vez da mera repetição de *blitz* nas ruas da cidade, a PM adotasse mecanismos de monitoramento de resultados e avaliação de custo-benefício, além de preocupar-se com a qualidade desses encontros, que podem servir para a melhoria da sua imagem, das suas relações com a sociedade, ou, ao contrário, para reforçar sua pecha de ineficiência, desrespeito, corrupção e – como veremos logo a seguir – de enviesamento contra certos grupos sociais.

## Filtros da Supeita

A abordagem é uma situação muito discutível, porque a abordagem é uma coisa subjetiva. Às vezes uma coisa pode ser suspeita para mim, mas pode não ser suspeita para outra pessoa, vai depender do ponto de vista.

Porque nós não temos um detector de bandido, seria muito bom.

A gente entrava num ônibus ou parava um veículo: “olha, o bandido é aquele lá”.

Não tem como, bandido não tem cara.

**(Oficiais PM entrevistados pela pesquisa)**

Mesmo aprovando a continuação das *blitz*, a maioria dos cariocas considera as abordagens policiais, de modo geral, seletivas, ou abertamente discriminatórias: cerca de 60% acreditam que a Polícia escolhe pela aparência física quem será abordado(a), incluindo aí cor da pele (40,1%) e modo de vestir (19,7%). Na opinião de 80% dos cariocas, os jovens são mais parados do que as pessoas mais velhas; para cerca de 60%, os negros são mais parados que os brancos e os pobres mais do que os ricos. Além disso, 43% da população classificaram a PM fluminense como *muito* racista e, em outra pergunta, 30% afirmaram que ela é *mais* racista do que o restante da sociedade.

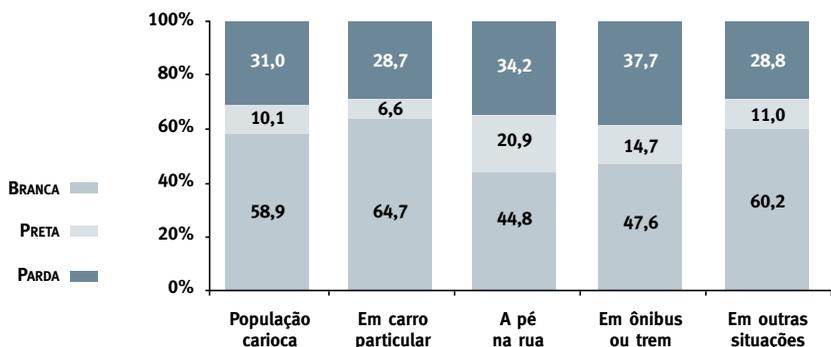
Entretanto, os resultados gerais da pesquisa quantitativa não confirmam imediatamente essas percepções. Quando se considera a simples experiência de ter sido parado(a) alguma vez e o número de abordagens sofridas, há uma relação consistente com gênero e idade, mas não com raça, renda ou escolaridade. O peso dessas variáveis só aparece, como veremos, quando se diferenciam tipos de abordagem e tipos de tratamento que a Polícia dispensa aos cidadãos.

É importante lembrar que mais da metade das últimas situações de abordagem relatadas ocorrera em veículos particulares, ou seja, que a experiência que a pesquisa registrou em maior proporção já está previamente filtrada por certos condicionantes demográficos e sociais, como idade mínima para dirigir, renda mínima para possuir um veículo e, muito provavelmente, raça/cor branca – se considerarmos, como aproximação grosseira, os dados do Censo 2000, mostrando que apenas 2% dos domicílios cariocas com responsáveis “pretos” e 7,4% daqueles com responsáveis “pardos” possuíam automóvel para uso particular. Mesmo não havendo como estimar a dimensão e composição da parcela de pessoas que possui e/ou dirige veículos particulares, sabemos que ela não se distribui de forma aleatória pelos grupos etários, raciais ou econômicos da população carioca. Logo, qualquer comparação entre o total de pessoas paradas pela polícia (sendo mais de 50% em abordagens automobilísticas) e o total de moradores da cidade tenderá a sub-representar no primeiro grupo os muito jovens e o segmento mais pobre da população, no qual se incluem, majoritariamente, as pessoas negras.

Isso impede, entre outras coisas, que se verifique se há nas blitz cariocas algo análogo à “filtragem racial” (*racial profiling*) detectada em abordagens policiais nas rodovias dos EUA, onde se constatou de forma inequívoca que motoristas negros são muito mais parados do que brancos, tomando-se como referência seu peso no total de motoristas em trânsito durante os períodos em observação.<sup>7</sup> Nossos dados mostram, ao contrário, uma sub-representação dos negros parados nas *blitz*, em relação ao seu peso na população carioca total (**Gráfico 4**).<sup>8</sup> Mas, se eles forem uma parcela muito pequena dos motoristas amadores que transitam pela cidade, podem até estar fortemente sobre-representados entre os que a PM parou nos doze meses anteriores à realização da pesquisa. Só um monitoramento detalhado permitiria investigar se há ou não esse tipo específico de seletividade na ação policial.

Gráfico 4

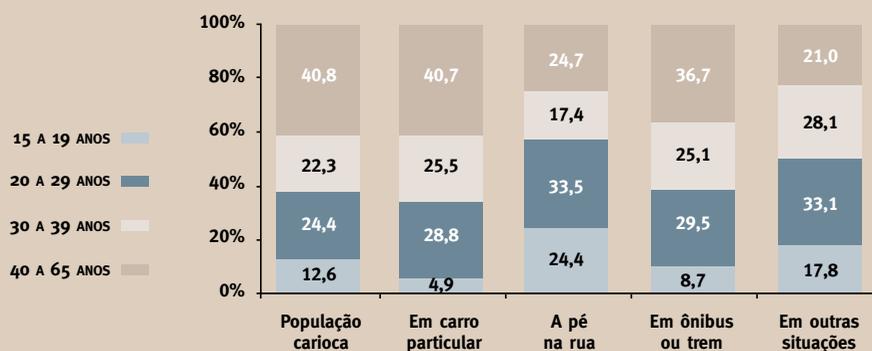
**DISTRIBUIÇÃO POR OU RAÇA OU COR DA POPULAÇÃO CARIOCA E DAS PESSOAS ABORDADAS PELA POLÍCIA, SEGUNDO TIPO DE ABORDAGEM NA ÚLTIMA EXPERIÊNCIA**



Tudo indica, de qualquer modo, que não é na experiência de ser abordado(a) em veículo particular que se configura a “típica” experiência de discriminação racial pela Polícia – não cabendo, portanto, uma transposição literal ao nosso caso da problemática do *racial profiling*, circunscrita sobretudo aos relativamente numerosos motoristas negros de classe média nos EUA. Aqui, a pobreza da esmagadora maioria dos negros “poupa-os” dessa forma específica de discriminação, servindo também, aliás, para mascarar a própria existência de racismo na sociedade. Há, porém, outras situações de abordagem policial típica e predominantemente “racializadas”, além de filtradas (em sentido inverso ao das *blitz*) por gênero, idade, território e classe social. Os dados da pesquisa quantitativa indicam que ser parado(a) andando a pé na rua ou em transporte coletivo é uma experiência que de fato incide desproporcionalmente sobre os negros (**Gráfico 4**, acima) e, no caso da abordagem de pedestres, também sobre os jovens (**Gráfico 5**) e as pessoas de baixa escolaridade (aquelas com até 4 anos de estudo, que representam 6,8% da população carioca, foram 11,4% dos abordados a pé). Acrescenta-se que esse tipo de abordagem foi registrado em proporções bem maiores nas zonas oeste (31%), nos subúrbios (26%) e na região centro-norte (22%) do que na zona sul da cidade (7%).

Gráfico 5

**DISTRIBUIÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS DA POPULAÇÃO CARIOCA E DAS PESSOAS ABORDADAS PELA POLÍCIA, SEGUNDO TIPO DE ABORDAGEM NA ÚLTIMA EXPERIÊNCIA**



Indícios ainda mais claros de seletividade racial e social surgem quando se examina a incidência de revistas corporais, um procedimento não muito comum nas *blitz* em veículos particulares (correspondendo a 19% dos casos descritos), mas registrado em quase metade das abordagens no interior de ônibus ou trem, e praticamente obrigatório nas abordagens de pedestres (77% dos casos). Mais da metade (55%) das pessoas autotranscritas como pretas e metade dos jovens de 15 a 24 anos parados pela Polícia, a pé ou em outras situações, disseram ter sofrido revista corporal, contra 33% do total de brancos parados e 25% de pessoas na faixa etária de 40 a 65 anos. As pessoas com renda mensal até cinco salários mínimos sofreram revista em mais de 40% dos casos, enquanto aquelas com renda superior a cinco salários, somente em 17% dos casos (os **Gráficos 6, 7 e 8** mostram em detalhe a distribuição das revistas corporais por raça/cor, faixa etária e renda das pessoas abordadas). Parece confirmar-se, assim, a idéia de que a Polícia não só pára menos transeuntes brancos, mais velhos e de classe média (sobretudo quando circulam por áreas “nobres”

do Rio de Janeiro), como tem maior pudor em revistá-los – um procedimento muito fortemente associado à existência de suspeição e considerado em si mesmo humilhante.

Gráfico 6

**OCORRÊNCIA DE REVISTA CORPORAL NA ÚLTIMA EXPERIÊNCIA DE ABORDAGEM,  
SEGUNDO RAÇA OU COR DAS PESSOAS ABORDADAS**

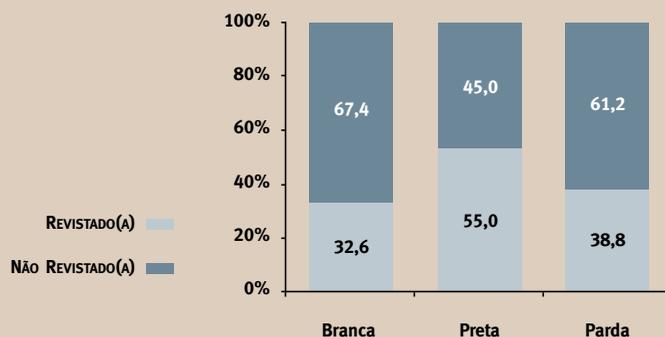


Gráfico 7

**OCORRÊNCIA DE REVISTA CORPORAL NA ÚLTIMA EXPERIÊNCIA DE ABORDAGEM,  
SEGUNDO FAIXA ETÁRIA DAS PESSOAS ABORDADAS**

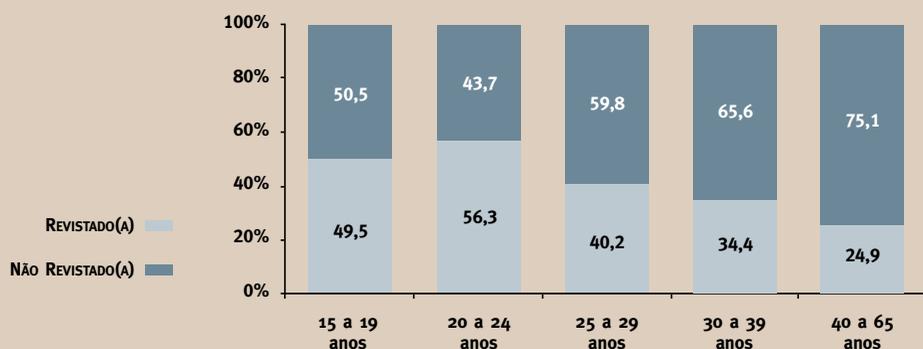
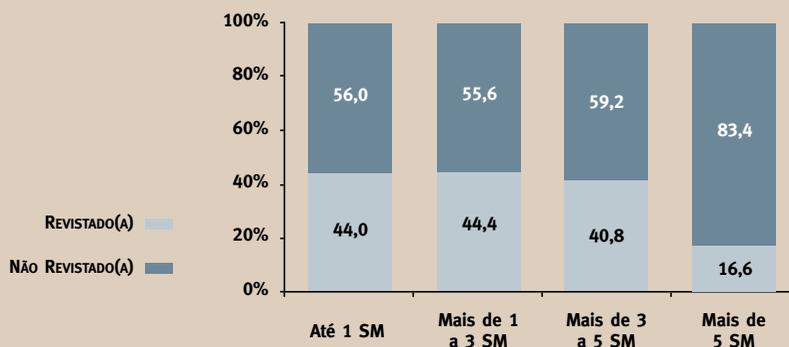


Gráfico 8

**OCORRÊNCIA DE REVISTA CORPORAL NA ÚLTIMA EXPERIÊNCIA DE ABORDAGEM,  
SEGUNDO FAIXA DE RENDA PESSOAL MENSAL, EM SALÁRIOS MÍNIMOS, DAS PESSOAS ABORDADAS**

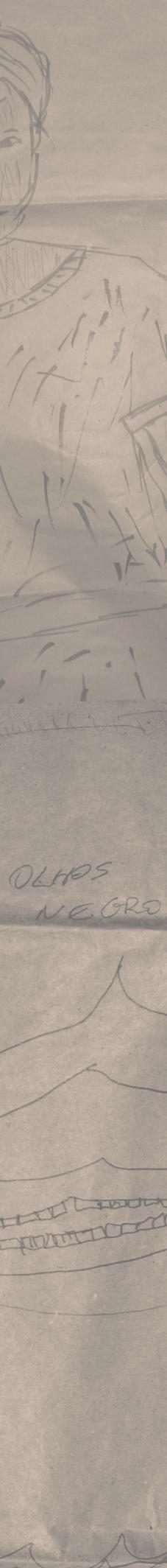


Outra indicação importante é de que, numa abordagem policial, a probabilidade de se sofrer ameaça, intimidação, coação e violência física ou psicológica é maior para os jovens, para os negros e para os pobres.<sup>9</sup> Essas experiências foram registradas em quantidades relativamente pequenas no nosso *survey*, mas, ainda assim, reforçam a impressão de um “modelo” discriminatório de abordagem, já evidenciado pela desproporcional incidência de revistas corporais sobre os mesmos segmentos da população. Seu impacto, além disso, parece transcender muito as situações diretamente vividas e as pessoas ou grupos diretamente atingidos, somando-se a outros elementos (como imagens veiculadas na mídia) para alimentar ou confirmar a percepção genérica da população sobre o caráter seletivo tanto da escolha de “suspeitos”, quanto do tratamento dado a eles pela Polícia.

Retomaremos esse tema mais à frente. Cabem antes algumas considerações sobre os objetivos “oficiais” da abordagem de transeuntes pela PM do Rio de Janeiro. Como vimos, mesmo as A-Rep 3 (abordagens de veículos), que passam por rigoroso planejamento, não se orientam pelo critério de fundada suspeita ou por resultados comprovados na prevenção/repressão do crime, buscando, quando muito, aumentar a visibilidade da Polícia em certas áreas do município. E a revista de pessoas circulando a pé pelas ruas da cidade? Há justificativa técnica para esse procedimento? Ele se baseia em fundadas suspeitas? Existem sobre ele diretrizes claras, que definam normas, objetivos, funções e resultados esperados? Há alguma avaliação do seu custo-benefício, de seus efeitos na redução da violência ou no aumento da sensação de segurança? Há mecanismos institucionais de monitoramento e controle capazes de detectar e minimizar práticas abusivas e discriminatórias nessa modalidade de ação policial?

As entrevistas com praças e oficiais da PM revelaram que não só é negativa a resposta para todas as perguntas acima, como sequer existe um discurso minimamente articulado sobre critérios de construção da suspeita, que explique com nitidez o que leva um policial a abordar e revistar alguém num ônibus ou na rua. Falas quase sempre evasivas, defensivas, sugerem a prevalência de critérios individualizados, “subjetivos”, “intuitivos”, não regulados institucionalmente – vale dizer, a ausência de parâmetros, até mesmo conceituais, que norteiem as decisões num espaço tão aberto ao exercício da discricionariedade policial.<sup>10</sup> Mais do que uma *orientação* deliberadamente discriminatória, o que se percebe, assim, é a delegação dessas decisões à cultura informal dos agentes, a renúncia a impor-lhes balizas institucionais e, em consequência, um bloqueio de qualquer discussão interna ou externa sobre estereótipos raciais e sociais intervenientes no exercício cotidiano da suspeição.





## Negro ou Azul? O tabu da “cor” na PM

É mole de ver/ que em qualquer dura/ o tempo passa mais lento pro negão./ Quem segurava com força a chibata/ agora usa farda/ engatilha a macaca/ escolhe sempre o primeiro/ negro pra passar na revista.

(Marcelo Yuka, *Todo camburão tem um pouco de navio negroiro*)

A cor, num primeiro momento, pode ser importante para a abordagem. Num primeiro momento, na primeira observação, mas o mais importante é a apresentação pessoal.

Veja bem, tudo isso é muito conceitual. Em primeiro lugar, a nossa população é basicamente mestiça. Por exemplo, eu me definiria como negro, como pardo ou como moreno?

Vai muito do que as pessoas conceituam como negro ou branco.

(Oficiais PM entrevistados pela pesquisa)

Vale sublinhar o paradoxo de a PM, uma instituição com presença maciça de negros nos seus quadros,<sup>11</sup> praticar discriminação racial, ser percebida como racista por boa parte da sociedade e, ainda assim, esquivar-se defensivamente de qualquer questionamento, de qualquer debate, interno ou externo, sobre o problema. Paradoxo até certo ponto explicável pela lógica uniformizadora da cultura militar (como disse um jovem participante dos grupos focais, “*PM não tem cor, tem farda*”), ou pela própria natureza diluidora, “antropofágica”, do padrão tradicional de relações raciais no Brasil.<sup>12</sup> Mas, ao mesmo tempo, o efeito-bumerangue dessa “cegueira”, dessa estratégia de denegação e de fechamento à temática da raça e do racismo, parece abater-se em cheio sobre a Polícia, mais talvez do que sobre outras instituições. Primeiro, porque, trabalhando na prática com estereótipos, ela aceita ser um operador explícito de preconceitos que a sociedade prefere disfarçar e, não questionando a validade de tal “missão”, carrega solitariamente todo o seu ônus. Segundo, porque ela se condena ao que os próprios PMs definem como “*enxugamento de gelo*”: repetição infundável de procedimentos automáticos, naturalizados, desprovidos de qualquer inteligência (na acepção policial do termo), sabidamente inócuos e ineficazes para o controle do crime. Procedimentos que apenas facultam exercícios gratuitos de subjugação, corrompendo o conceito de autoridade, gerando violência de retorno, degradando a imagem da instituição e lesando a auto-estima dos verdadeiros profissionais de polícia.

Como ressalta um dos consultores da nossa pesquisa, essas foram motivações fortes para a mudança de atitude de algumas polícias norte-americanas com relação ao *racial profiling*:

Uma das reviravoltas mais interessantes (...) nos Estados Unidos a partir do final da década de 1990 é a liderança cada vez mais entusiástica que algumas corporações policiais exerceram, defendendo a coleta de dados, o monitoramento e a reforma de práticas e atitudes racistas. Mais legitimidade, melhores tecnologias e mecanismos de coleta de dados, assim como melhores relações com a comunidade são claramente interesses próprios de muitos policiais. Algumas corporações reconheceram que o fim da filtragem racial acarretaria uma maior facilidade nas investigações, menor exposição dos policiais à violência, mais informações, maior cooperação da comunidade e aumento na auto-estima. Depois de resistir

à crítica durante décadas e de insistir na discricionariedade ilimitada, no ano 1999, a Associação Internacional de Chefes de Polícia aprovou resoluções em apoio à coleta de dados em abordagens de veículos.

Os próprios policiais começaram a perceber que o fim da filtragem racial discriminatória faz parte do desafio maior de aumentar sua capacidade de reduzir os delitos ligados à droga, os comportamentos de alto risco e a violência. Começaram também a conscientizar-se do fato de que o racismo institucional incorporado à discricionariedade policial orienta os recursos para o policiamento de hierarquias raciais, e desvia tempo e verbas do policiamento da verdadeira criminalidade. Os policiais realmente interessados em combater o crime perceberam que esse desvio constitui uma alocação de recursos errada e desastrosamente irracional, além de uma contradição profissional.<sup>13</sup>

Finalmente, a “cegueira” para a temática racial também bloqueia o debate sobre discriminações de que são vítimas policiais negros dentro e fora da corporação – como se o azul do uniforme e a hierarquia militar de fato apagassem os outros critérios de classificação e hierarquização presentes na sociedade. Problematizar a raça e o racismo, suspender esse “tabu da cor” e outros interditos corporativos permitiria, pelo contrário, abrir alguns caminhos para a democratização da PM e construir pontes de diálogo e solidariedade com a população.

## Juventude e Polícia: profecias autocumpridas

Procurem melhorar sua apresentação pessoal e melhorar a dicção. Arrancar o boné da cabeça, pentear o cabelo, vestir uma roupinha melhor e saber falar. Se ele [o jovem] tiver essa boa educação, não vai ser parado. Ele tem que (...) ter menos o biotipo do marginal, ter mais o biotipo de cidadão.

**(Oficial PM entrevistado pela pesquisa)**

Era só mais uma dura/ Resquício de ditadura/ Mostrando a mentalidade/  
De quem se sente autoridade/ Neste tribunal de rua.

**(Marcelo Yuca, Tribunal de rua)**

A pesquisa específica com jovens indicou que, independentemente de extração social, a juventude representa os policiais e os procedimentos de abordagem como discriminatórios, intimidatórios, humilhantes, injustos e duvidosos. Por sua vez, o levantamento quantitativo com toda a população carioca confirmou, de modo bastante consistente, a presença de filtragem etária em certos tipos de abordagem, mostrando também que, de todos os grupos considerados, o segmento jovem é aquele que expressa as piores avaliações da Polícia. Eis alguns exemplos: mais da metade dos entrevistados com idade inferior a 30 anos disse ter pouca ou nenhuma confiança na instituição; entre os adolescentes (15 a 19 anos), a média das notas dadas à PM foi mais baixa e o número de notas zero foi muito mais alto do que em outros segmentos etários; nessa e em outras faixas da juventude,



registraram-se as maiores frequências de avaliações negativas da PM quanto a respeito ao cidadão, violência, corrupção e racismo, assim como as menores percentagens de avaliações positivas sobre a utilidade ou eficácia das abordagens policiais.

Isso aponta para a necessidade de se reconhecer explicitamente a existência de um problema na relação entre juventude e Polícia – problema decerto mais grave quando se trata de jovens negros de comunidades carentes, mas com um impacto considerável nas experiências e/ou percepções de *todos* os jovens, independentemente de raça ou de classe social. A política de “guerra às drogas” adotada nas últimas décadas, concentrando-se na ponta do consumo e do tráfico varejista, seguramente contribuiu para a “demonização” policial dos jovens e para a conseqüente “satanização” da Polícia pela juventude carioca dos mais variados segmentos sociais. Mas sem dúvida há outros fatores que deveriam ser melhor pesquisados para tornar compreensível essa negatividade especular que se estabeleceu, de norte a sul da cidade, nas relações entre juventude e Polícia. A multiplicação de estudos específicos sobre essas relações, assim como o desenvolvimento de programas que abram canais para um diálogo pacificador e reduzam estereótipos e resistências de parte a parte – eis alguns dos caminhos para se romper o círculo das profecias autocumpridas, que não favorecem nem a democratização da segurança, nem a eficácia da Polícia como autoridade contensora da rebeldia e da transgressão juvenis.<sup>14</sup>

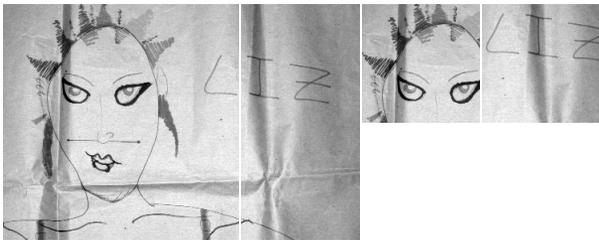
### **Gênero e Geografia: mínimos e máximos da suspeição**

“... nada impede que o policial faça revista dos pertences [de uma mulher], se ele tiver uma fundada suspeita, mas ele não faz.”

“...no morro todos são suspeitos (...), mesmo sabendo que tem gente boa lá...”

**(Oficiais PM entrevistados pela pesquisa)**

Se há algum “consenso” atravessando percepções e experiências dos policiais, dos jovens e dos cariocas em geral ouvidos na nossa pesquisa, ele gira em torno da baixa probabilidade de as mulheres serem paradas e revistas pela Polícia. No levantamento quantitativo, 84% dos entrevistados, tendo ou não sido abordados alguma vez, garantiram que a Polícia pára mais os homens do que as mulheres – percepção que se confirma na estatística das experiências vividas: os homens, que representam 47% da população carioca, são 74% dos que disseram ter sido abordados alguma vez, enquanto as mulheres, 53% da população do município, representam 26% das pessoas alguma vez abordadas. Considerando a última experiência e os diferentes tipos de abordagem, verifica-se uma distância um pouco menor nas *blitz* em veículos particulares (69% homens, 31% mulheres) do que em transporte coletivo (73 a 27%), e uma diferença gigantesca nas abordagens a pé (89 a 11%). Só 12% das mulheres paradas disseram ter sofrido revista corporal, contra 46% dos homens; estes representavam mais de 91% dos revistados e as mulheres, menos de 9%.



Interessante observar também que, nas figuras de “suspeitos-padrão” desenhadas pelos grupos focais de jovens,<sup>15</sup> a única personagem feminina retratada era uma jovem branca de classe média, mas portadora de nítidos signos “rebeldes” ou “desviantes”. Como descreve a legenda do desenho:

“A Liz tem piercing, um olhar que assusta, é toda tatuada e vai ser parada pela polícia (...), é um tipo mais punk (...), é também meio anarquista (...). A polícia, provavelmente, vai se aproximar dela pela atitude, pela questão do comportamento. A polícia vai querer provocar alguma reação nela. Depois de provocada uma reação nela, eles vão ter razão para revistá-la.”

O que o perfil acima parece indicar, e outras pesquisas indiretamente sugerem, é que as mulheres não se tornam suspeitas aos olhos da Polícia somente pelos estereótipos que indicariam potencial “perigo” nos homens, como raça, idade e classe social, mas por certas “atitudes” ou por estigmas adicionais de pertencimento ao mundo do desvio ou do crime. Assim, enquanto algumas categorias femininas (“punks”, prostitutas, meninas de rua, adolescentes em conflito com a lei, adultas infratoras etc.) seriam alvo freqüente de desconfiança, arbitrariedade, desrespeito e violência,<sup>16</sup> as mulheres em geral tenderiam a ser excluídas dos critérios e práticas da suspeição, pelo menos nas situações ordinárias de policiamento ostensivo.

O interdito legal aos policiais masculinos de revistarem mulheres e o ínfimo número de policiais femininas em atividades-fim de policiamento devem pesar bastante na explicação desse fenômeno.<sup>17</sup> Mas, considerando a facilidade com que se quebram regras em nome da “guerra contra o crime”, não deixa de surpreender que a norma do Código de Processo Penal seja sistematicamente cumprida e que a deferência ante o “sexo frágil” (ou o pressuposto da baixa periculosidade feminina) iniba os PMs de fazerem até o que a lei não proíbe, como abordar mulheres e revistar seus pertences. Se o fenômeno surpreende, pode também fornecer pistas importantes para a geração de outras regras de respeito universal. É um tema, de qualquer modo, que merece mais detalhamento em pesquisas futuras.

No extremo oposto, um outro consenso aponta o território da favela e seus habitantes como alvo da máxima suspeição e da máxima “licença” para quebrar regras e desrespeitar direitos civis. A frase ouvida de um oficial da PMERJ – “no morro, todos são suspeitos” – resume bem o peso do território (e de suas marcas sociais) na lógica seletiva da Polícia, fazendo eco à convicção dos cariocas de que esse é o segmento mais fortemente discriminado pela sociedade e pela ação policial. Numa das perguntas da pesquisa quantitativa oferecia-se uma lista heterogênea de 15 grupos, incluindo negros, homossexuais, idosos, portadores de deficiências etc., e pedia-se que os entrevistados definissem graus de preconceito/ discriminação sofridos por cada um deles. Moradores de favelas encabeçaram o *ranking* das vítimas, com 88,4% de respostas para a alternativa *muita* discriminação.



O tema também surgiu com força nos grupos focais de jovens, que distingüiram em dois blocos as motivações e características das abordagens na zona sul da cidade e nas periferias ou favelas: a PM pararia jovens de classe média sobretudo para encontrar drogas e extorquir usuários (ou seus responsáveis); já os jovens de bairros e comunidades pobres seriam percebidos pelos policiais como traficantes ou assaltantes, como potenciais bandidos, logo “merecedores” de tratamento intimidatório, humilhante e violento. Diferença expressa não só no plano das percepções, mas também no das situações vividas e narradas: entre adolescentes da zona sul e universitários, abundaram relatos de extorsão ou tentativa de extorsão, feita geralmente sob ameaça de encaminhamento à delegacia, enquanto entre os jovens negros, muitos deles moradores de bairros pobres ou favelas, e entre os da zona oeste, prevaleceram as histórias de abordagem com “esculacho” – gíria para humilhação, violência e agressão verbal.

Discutir a fundo o tema das “duas cidades” e das “duas polícias” transcenderia muito os objetivos do nosso trabalho, que privilegiou o contexto da abordagem policial, não explorando diretamente aspectos mais dramáticos da atuação da PM nas áreas pobres do município: confrontos, ocupações, violações de domicílio, execuções sumárias e intimidação permanente.<sup>18</sup> Mas não poderíamos deixar de mencioná-los como expressão-limite do que tem caracterizado, com poucas exceções, as políticas de “combate” ao crime e do que se constatou, também, na lógica rotineira das abordagens: o predomínio de estereótipos sobre a inteligência policial, dos filtros discriminatórios sobre a investigação, da seletividade racial e social sobre a fundada suspeita. Embora o retumbante fracasso dessa estratégia fale por si, a proposta de um dos grupos focais de jovens para melhorar o desempenho das polícias e das políticas de segurança no Rio de Janeiro parece-nos um fecho oportuno:

"Descaracterizar a favela como único lugar da criminalidade. Então, você quer acabar com o tráfico de drogas, quer acabar com o tráfico de armas? Vamos começar a pegar os graúdos mesmo!"

## Notas

1. A realização dos grupos focais coube ao ISER e foi coordenada por Regina Novaes e Marilena Cunha, que produziram um relatório com os resultados dessa pesquisa qualitativa.
2. Denise Britz e José Matias de Lima, da Science, foram responsáveis pela definição da metodologia e pelo desenho do plano amostral, assim como pela coordenação da pesquisa de campo.
3. Ramos, Silvia (coord.). *Abordagem policial, estereótipos raciais e percepções da discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Relatório final de pesquisa. Rio de Janeiro: CESeC/UCAM, agosto de 2004. A ser publicado em 2005, pela Editora Civilização Brasileira, na nova coleção “Segurança e Cidadania”, coordenada pelo CESeC.
4. Em 12 de junho de 2000, o país assistiu ao vivo, pela televisão, ao seqüestro de um ônibus na zona sul do Rio de Janeiro, praticado por Sandro do Nascimento, sobrevivente da chacina da Candelária. Depois de quatro horas, Sandro se rendeu e desceu do ônibus com uma das reféns sob a mira do revólver. Um policial do BOPE (Batalhão de Operações Especiais) atirou, errando o alvo e provocando a morte da refém. Sandro foi estrangulado por policiais dentro da viatura onde seria conduzido preso.
5. As respostas a outras perguntas do questionário reforçam essa visão negativa: 82% dos entrevistados afirmaram que a PM do Rio de Janeiro não tem sido eficiente em controlar situações emergenciais de violência; mais da metade disse ter medo e quase metade disse ter pouca ou nenhuma confiança na Polícia.
6. Pediu-se que os entrevistados atribuíssem notas de 0 a 10 para cada força, esclarecendo-se que notas iguais ou superiores a 5 significavam aprovação e abaixo de 5, reprovação. As notas para a PM e para a Polícia Civil do Rio de Janeiro obtidas pelo nosso survey são mais altas que as registradas por outras pesquisas, nas quais ambas as instituições ficaram com médias inferiores a 5 (cf. Lemgruber, Julita; Musumeci, Leonarda e Cano, Ignacio. *Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 2003, capítulo 2).
7. Cf Amar, Paul. Táticas e termos da luta contra o racismo institucional nos setores de polícia e de segurança. In: Ramos, Silvia (coord). *Abordagem policial, estereótipos raciais e percepções da discriminação na cidade do Rio de Janeiro*, op. cit.
8. Desconsideramos as categorias “amarela” e “indígena”, que têm ínfima participação no total da população carioca.
9. Trata-se apenas de uma indicação de tendência, visto que, a níveis maiores de detalhamento, a rarefação da amostra não permite extrair dados estatisticamente representativos.
10. A falta de clareza sobre o que seja fundada suspeita é especialmente surpreendente se se consideram, não apenas os marcos jurídicos, como o alto prestígio desfrutado, na própria cultura policial, pela “arte de suspeitar”. Ver, sobre esse tema, Muniz, Jaqueline, *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser. Cultura e cotidiano na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999.
11. Segundo dados fornecidos pela PMERJ, a proporção de brancos no total do efetivo com informação sobre raça era de 39,2% em 2002, bem inferior à parcela de pessoas brancas na população fluminense (55,4%).
12. Cf. Paixão, Marcelo. Antropofagia e racismo: uma crítica ao modelo brasileiro de relações raciais. In: Ramos, Silvia (coord). *Abordagem policial, estereótipos raciais e percepções da discriminação na cidade do Rio de Janeiro*, op. cit.
13. Amar, Paul, op. cit.
14. Uma referência importante é o trabalho que começou a ser desenvolvido na PM de Minas Gerais pelo grupo cultural AfroReggae, buscando, por meio da música, encurtar distâncias e criar solidariedades entre jovens e policiais (ver a descrição do projeto “Juventude, cultura e polícia”, na seção de projetos em andamento do site do CESeC: [www.cesec.ucam.edu.br](http://www.cesec.ucam.edu.br)).
15. Além de debater e dramatizar temas propostos pelas coordenadoras, os participantes dos grupos focais produziram coletivamente desenhos retratando o que consideravam ser “elementos suspeitos”, candidatas certos à abordagem e à revista policiais. Resultaram daí sete personagens, todos os sete jovens, sendo seis do sexo masculino e cinco negros.
16. Ver, por exemplo, Minayo, Cecília et al., *Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Garamond, 1999, e Soares, Barbara, *Prisioneiras. Vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.
17. A pesquisa coordenada pelo CESeC sobre mulheres na PM mostra que a Polícia Militar do Rio de Janeiro não só tem uma proporção de policiais femininas (4%) abaixo da média nacional (7%), como aloca a maioria delas em tarefas internas, muitas vezes meramente burocráticas ou “decorativas” (cf. Soares, Barbara, coord., *Mulheres policiais: Presença feminina nas polícias militares brasileiras*. Rio de Janeiro, CESeC/UnB/UFRGS, agosto de 2004).
18. Ver, a respeito, Cano, Ignacio, *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ISER, 1997, e Lemgruber, Musumeci e Cano, *Quem vigia os vigias?*, op. cit.

**CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES**

Rua da Assembléia, 10, sala 810 Centro - RJ - CEP: 20011-901  
Telefax: (21)2531-2033 - email: [cesec@candidomendes.edu.br](mailto:cesec@candidomendes.edu.br)  
**[www.cesec.ucam.edu.br](http://www.cesec.ucam.edu.br)**

**APOIO INSTITUCIONAL**

**THE WILLIAM AND FLORA HEWLETT FOUNDATION**

**PROJETO GRÁFICO**

Anna Amendola  
[nita@nitadesign.com.br](mailto:nita@nitadesign.com.br)

**FOTOS**

**PÁGS. 1 E 2:** Foto de Wilton Jr, Agência Estado

**PÁG. 4:** [www.bigfoto.com](http://www.bigfoto.com)

**PÁGS. 10/11, 13 E 14/15:** Figuras de “elementos suspeitos”  
desenhadas por grupos focais de jovens cariocas